

PROCESSO - A. I. Nº 298943.0021/14-3
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - PROQUIGEL QUÍMICA S.A.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 1ª JJF nº 0258-01/14
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
INTERNET - 24/03/2015

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C.JF Nº 0073-12/15

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. VALOR SUPERIOR AO DO DOCUMENTO FISCAL. Apesar de escriturar equivocadamente apenas a Nota Fiscal nº 23.681, emitida em 25.01.13, o valor total do crédito fiscal corresponde validamente aos valores somados, incluindo a Nota Fiscal nº 23.704, do mesmo período de apuração. Infração subsistente em parte. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto pela 1ª Junta de Julgamento Fiscal, nos termos do art. 169, I, “a”, item 1, do RPAF/99, com vistas ao reexame da Decisão proferida nos autos do presente PAF que julgou parcialmente subsistente o Auto de Infração acima referido.

O Auto de Infração foi lavrado em 30/06/2014, para exigir crédito tributário no montante de R\$214.426,73, em razão de três infrações, das quais é objeto do Recurso de Ofício apenas a infração 3, cuja acusação é a seguinte:

***Infração 03** - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, nos períodos de janeiro e dezembro de 2013. Valor R\$158.586,13.*

Os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, após análise das peças processuais e a partir do voto proferido pelo i. Relator de Primeira Instância, decidiram à unanimidade, pela manutenção das infrações 1 e 2 por ter o Sujeito Passivo reconhecido o cometimento dos ilícitos fiscais, e pela parcial subsistência da infração 3, *in verbis*.

VOTO

Cuida o presente Auto de Infração da exigência das três infrações relatadas e descritas na inicial dos autos. O sujeito passivo reconhece, de pronto, às infrações 01 (R\$24.244,42) e 02 (R\$31.596,18), excluídas da lide. Reconhece igualmente parte da infração 03 (R\$29,64), insurgindo-se contra a outra parcela do lançamento, objeto da apreciação nas linhas procedentes.

Preliminarmente, não se verifica a existência de vícios passíveis de anular o lançamento, por preterição do direito de defesa ou impossibilidade na determinação da infração cometida, nos termos do art. 18, do RPAF/99, conforme arguido pelo autuado. Afastado, pois, o pedido de nulidade da infração.

No mérito, contudo, a infração 03, que trata da utilização indevida do crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais, no valor de R\$158.586,13, não prospera no todo. Isto porque restou provado que não houve aproveitamento indevido de crédito de ICMS.

Com efeito, a nota fiscal nº 23.681, emitida em 25.01.13 (fl. 66) refere-se a uma devolução de compra para comercialização, emitida pela Companhia Brasileira de Estireno - CBE, relacionada a uma venda anterior manejada pelo contribuinte autuado com valor da operação R\$1.467.767,47 e ICMS destacado (com equívoco) no valor de R\$17.575,61.

A nota fiscal nº 23.704, emitida no mesmo período de apuração, em 28.01.13 (fl. 68), objetivou complementar o valor do ICMS daquela operação, no valor de R\$158.556,49, estando, inclusive, de acordo com os artigos 309, §6º e 314 do RICMS BA, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12.

Diante do exposto, a infração 03, resta caracterizada tão somente em relação ao valor de R\$29,64.

O pagamento dos valores reconhecidos pelo autuado encontra-se suportado por documentos de certificação de créditos, evidenciada através da nota fiscal avulsa nº 7903806 (fl. 64).

Concluo pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, e recomendada a homologação dos valores recolhidos.

Em razão da sucumbência imposta à fazenda Pública, a 1ª JJF recorreu de ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal para reapreciação da Decisão proferida em primeiro grau de julgamento administrativo.

Cientificados, autuante e autuado não se manifestaram.

VOTO

O presente Recurso interposto de ofício pelos julgadores da 1ª JJF deste CONSEF tem por objeto reapreciar a Decisão expressa no Acórdão de nº 0258-01/14 na forma estabelecida pelo art. 169, I do RPAF/BA, tudo em razão da sucumbência imposta à fazenda pública estadual em face da declaração de improcedência da autuação.

Cinge-se o presente Recurso de Ofício à análise da Decisão que declarou a parcial subsistência do lançamento - infração 3 -, cuja acusação fiscal é de utilização indevida de crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado nos documentos fiscais.

Da leitura e análise dos autos, vejo que nenhum reparo merece a Decisão recorrida, pois, derivou da análise de documentos carreados aos autos pelo contribuinte, que tiveram o condão de afastar parte significativa da exigência fiscal originária.

Vê-se que a matéria discutida nos autos, *in fine*, atine à utilização indevida de redito fiscal. Nessa esteira, se verifica que o Sujeito Passivo, na sua peça de insurgência, cuidou de fazer vir aos autos argumentos e elementos documentais que esclarecem, conforme expresso no voto da Decisão recorrida, que parte da exigência fiscal sucumbe diante da prova inequívoca de que o dito aproveitamento indevido de crédito fiscal, em verdade, ocorreu apenas em relação à Nota Fiscal nº 4387, irregularidade reconhecida pelo contribuinte.

Em assim sendo, à luz do quanto trazido aos autos, entendo que a dita sucumbência deriva da demonstração documental de que parte significativa das operações que deram azo à imputação 3 foi devidamente elidida.

Isto posto, visto que os elementos de provas trazidos aos autos elidem parte significativa da acusação fiscal, entendo que outra não poderia ser a Decisão dos julgadores de primo grau senão a de dar parcial provimento às razões de defesa reduzindo o valor atribuído à infração 3. Nesses termos, voto no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298943.0021/14-3**, lavrado contra **PROQUIGEL QUÍMICA S/A.**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$55.870,24**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, incisos II, “f” e VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de março de 2015.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO.– PRESIDENTE

JOSÉ ANTONIO MARQUES RIBEIRO – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS